

Desindexação começará pelos preços

12 JUN 1963
Das sucursais

O governo está estudando mecanismos capazes de iniciar rapidamente o processo de desindexação da economia a nível de preços e é possível que ainda este mês a Seplan decida pela desativação da Portaria nº 13 do CIP — Conselho Interministerial de Preços — que limita em 90% da correção monetária a variação mensal de preços de 273 produtos. Em seu lugar, entraria em funcionamento um mecanismo que corrigiria trimestralmente os preços.

De acordo com fontes da Seplan, a idéia inicial seria liberar imediatamente do controle da Portaria nº 13 do CIP, instituída em 24 de fevereiro e com prazo para vigorar até 31 de agosto próximo, aqueles produtos de concorrência intensiva, como os do setor de autopeças, que brigam para vender mais e, por isso, nem chegaram a aumentar seus preços ao teto permitido pelo governo. Por sua vez, permaneceriam controlados os produtos industriais fabricados por oligopólios, que compõem o Índice de Preços por Atacado — IPA.

A outra idéia em estudo seria limitar os preços dos produtos numa varia-

ção máxima de 80% do INPC de um período de três meses. Essa medida, segundo um assessor da Seplan, significaria um achatamento de preços. Mas esfriaria a realimentação inflacionária, provocada pelos reajustes de preços no atacado. Pela medida, os aumentos não só se desatrelariam da correção monetária, passando a se comportar sob influência do INPC, como seriam corrigidos em nível mais baixo.

RESGUARDAR INTERESSES

A presidenta nacional do PTB, Ivete Vargas, disse ontem, no Rio, que uma eventual desindexação na economia brasileira “teria de ser total e absoluta, resguardando, ao máximo possível, os interesses dos trabalhadores”. Ivete Vargas evitou responder diretamente sobre qual seria a atitude do PTB, caso o governo federal promovesse uma desindexação, que se refletisse apenas sobre os salários dos trabalhadores. “Como já disse várias vezes, nosso acordo com o PDS visou a defender os interesses dos trabalhadores. Se não houvesse espaço para negociação, não haveria espaço para conversa.”

Destacou, porém, que o campo de negociações está ampliando-se. “Além do nosso ‘pacote’ inicial, o ministro da

Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, anunciou sua adesão a outras de nossas teses, tais como mudanças na Lei de Segurança Nacional, e admitiu que a Constituição não é intocável.”

Ivete ressaltou que o “pacote” econômico, divulgado na última quinta-feira pelo governo federal, não contém modificações no INPC, base para os reajustes salariais. Disse ainda que ele “reflete o momento difícil por que estamos passando”, mas destacou que, desta vez, as medidas não foram tomadas apenas contra os trabalhadores. Segundo a presidenta do PTB, esta característica do “pacote” facilitará sua compreensão por parte dos assalariados, “pois os trabalhadores nunca se negam a cooperar quando sentem que não são os únicos a pagar o preço das restrições”.

Vargas não soube prever as consequências do “pacote”, mas ressaltou que a retirada gradual dos subsídios a produtos agrícolas e o aumento dos combustíveis “vão gerar um aumento geral nos preços”. Disse não saber também se uma desindexação favoreceria o combate à inflação. “Uns dizem que sim, outros dizem que não”, completou a deputada, que participou de um encontro de vereadores do PTB.